

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

THAIS ALENCAR REGHIN

**ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-
OESTE: ATRAVÉS DOS INDICADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS E O ÍNDICE
GERAL DE CURSOS**

Dourados/MS

2014

THAIS ALENCAR REGHIN

ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-OESTE: ATRAVÉS DOS INDICADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS E O ÍNDICE GERAL DE CURSOS

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof^o. Rosemar José Hall, Me.
Banca Examinadora:

Prof^o. Antônio Carlos V. Lopes, Dr.

Prof^o Juarez Marques Alves, Me

Dourados/MS

2014

ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-
OESTE: ATRAVÉS DOS INDICADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS E O ÍNDICE
GERAL DE CURSOS

THAIS ALENCAR REGHIN

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Rosemar José Hall
Presidente

Antônio Carlos Vaz Lopes
Avaliador

Juarez Marques Alves
Avaliador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ter me dado forças ao longo dessa caminhada. Ao meu pai Sergio Roberto Reghin, e a minha mãe Lucileide da Silva Alencar Reghin, por toda a compreensão, ajuda e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Você não está sozinho. Ele disse: “Não temas, porque eu estou contigo: não te assombres, porque eu sou teu Deus. Eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustendo.” Isaias 41:10

Agradeço a Deus que me deu forças para superar todos os obstáculos encontrados nesse longo caminho.

Ao meu pai Sergio Roberto Reghin e minha mãe Lucileide da Silva Alencar Reghin sem eles nada disso seria possível, muito obrigada pela paciência, pela confiança e apoio que me deram durante toda minha vida.

Aos meus familiares que tanto torceram por mim, aos meus irmãos Gustavo Alencar Reghin e Guilherme Alencar Reghin, aos tios, tias, primos e primas, aos meus avós.

Ao meu namorado Lucas Renato de Oliveira Nonato que sempre esteve ao meu lado e me fez acreditar que tudo daria certo, me ajudando nos momentos difíceis, me consolando, incentivando, e sempre cuidou de mim.

A todos os professores do curso, que foram importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia, em especial ao meu orientador Rosemar José Hall.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e apoio, que tornaram os anos de faculdades mais divertidos.

A todos que de alguma forma contribuíram com minha formação acadêmica, meu muito obrigada.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo comparar o desempenho acadêmico das Universidades Federais do Centro-Oeste de acordo com os indicadores de gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) e das notas do Índice Geral de Curso (IGC) calculadas pelo INEP, nos anos de 2009 a 2012. Para tanto foi realizada uma pesquisas descritiva, documental e quantitativa. Em que a análise baseou-se nos relatórios de gestão divulgados pelas Universidades Federais do Centro-Oeste, que forneceram os indicadores de gestão do TCU para comparar o desempenho das universidades. A comparação foi possível por meio da elaboração de um ranking de classificação, obtido por meio do Método Multicritério de Decisão TOPSI, e para verificar a existência de correlação entre os indicadores do TCU e o IGC foi utilizado o método de Correlação de kendall. Os resultados revelaram que há correlação entre os indicadores do TCU e o IGC em 2009 de 60% em 2010 de 0% em 2011 de -20% e 2012 de 0%. Observou-se, por meio do ranking TOPSIS, que os indicadores do TCU estabelecem uma heterogeneidade na classificação de um ano para o outro entre as universidades, sendo que o IGC há uma homogeneidade na classificação. Concluí - se que não há correlação forte e estatisticamente significativa entre os indicadores TCU e o IGC, contudo estes apresentam uma forma de reclassificação considerando o desempenho ano a ano.

Palavras-Chave: Desempenho. Instituições Federais De Ensino Superior (IFES). Indicadores De Gestão TCU. IGC. TOPSIS.

.

ABSTRACT

This study aims to compare the academic performance of Federal Universities in the Midwest according to the indicators of management of the Court of Audit (TCU) and notes of Course General Index (PMI) calculated by INEP, in the years 2009 to 2012. For that was used for descriptive research, document and quantitative. In which the analysis was based on management reports released by the Federal Universities in the Midwest, which provided the TCU management indicators to compare the performance of universities. The comparison was possible through the development of a ranking classification, obtained through the Multicriteria Method of Decision Topsis, and to verify the existence of correlation between the TCU indicators and the IGC was used kendall correlation method. The results revealed that there is a correlation between the TCU indicators and the IGC in 2009 to 60% in 2010 to 0% in 2011 to 20% in 2012 and 0%. It was observed through the TOPSIS ranking, the TCU indicators set heterogeneity in the classification of a year to year between the universities, and the IGC there is a homogeneity in the standings. I concluded - that there is no strong and statistically significant correlation between the TCU and the PMI indicators, however this have a way of reclassification considering the performance year on year.

Keywords: Performance. Federal Institutions Of Higher Education (IFES). TCU Management De indicators. IGC. TOPSIS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura do SINAES.....	27
Figura 2 - Composição do IGC	32

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Indicadores de gestão determinados pela Decisão TCU nº 408/2002.....	30
---	----

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	40
Tabela 2 – Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente (CCAUE/HU).....	41
Tabela 3 - Custo Corrente sem HU/ Aluno Equivalente (CCAUE).....	42
Tabela 4 - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente (AIPE)	43
Tabela 5 - Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes sem HU (AIFE).....	44
Tabela 6 - Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes com HU (AIFE/HU).	45
Tabela 7 - Funcionário equivalente com HU/Professor equivalente (FEPE/HU).....	46
Tabela 8 - Funcionário equivalente sem HU/Professor equivalente (FEPE)	46
Tabela 9 - Grau de Participação Estudantil (GPE)	47
Tabela 10 - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG).....	48
Tabela 11 - Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação (CAPES/MEC)	49
Tabela 12 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	49
Tabela 13 – Classificação das IFES de acordo com os dados de 2009	50
Tabela 14 – Classificação das IFES de acordo com os dados de 2010	50
Tabela 15 - Classificação das IFES de acordo com os dados de 2011	51
Tabela 16 – Classificação das IFES de acordo com os dados de 2012	51
Tabela 17 – Correlação de 2009	52
Tabela 18 – Correlação de 2010.....	52
Tabela 19 – Correlação de 2011	53
Tabela 20 – Correlação de 2012.....	53

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIFE - Aluno tempo Integral por Funcionário Equivalente sem HU

AIFE/HU - Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes com HU

AIPE - Aluno tempo integral por Professor Equivalente

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CAPES/MEC - Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

CCAIE - Custo corrente sem HU/ Aluno equivalente

CCAIE/HU - Custo corrente com HU/ Aluno equivalente

CGU - Controladoria Geral da União

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPC - Conceito Preliminar de Curso

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FEPE - Funcionário Equivalente sem HU/ Professor Equivalente

FEPE/HU - Funcionário equivalente com HU/Professor equivalente

GEPG - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação

GPE - Grau de Participação Estudantil

HU - Hospitais Universitários

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

IGC - Índice Geral de Cursos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente

MEC - Ministério da Educação e Cultura

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

TCU - Tribunal de Contas da União

TSG - Taxa de Sucesso na Graduação

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UNB – Universidade Federal de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PROBLEMA	17
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	18
2 REVISÃO TEÓRICA.....	20
2.1 GESTÃO ESTRATÉGICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	20
2.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS IFES.....	21
2.3 CUSTOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	23
2.4 SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)	24
2.5 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR (SINAES).....	26
2.6 A MEDIÇÃO DE DESEMPENHO NAS IFES	29
2.6.1 OS INDICADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU).....	30
2.6.2 O ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)	31
2.7 ESTUDOS ANTERIORES	33
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	36
3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA	37
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	37
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DO TCU.....	40
4.1.1 TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG).....	40

4.1.2 CUSTO CORRENTE / ALUNO EQUIVALENTE (CCAÉ, CCAÉ/HU)	41
4.1.3 ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE (AIPE)	43
4.1.4 ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE (AIFE, AIFE/HU)	44
4.1.5 FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE / PROFESSOR EQUIVALENTE (FEPE, FEPE/HU)	45
4.1.6 GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE)	47
4.1.7 GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO (GEPG)	48
4.1.8 CONCEITO CAPES/MEC PARA A PÓS-GRADUAÇÃO (CAPES/MEC).....	48
4.1.9 ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)	49
4.2 RANKING DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO – OESTE	50
4.3 RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES TCU E O IGC.....	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

1 INTRODUÇÃO

Administração pública tem por objetivo promover o bem comum, prestando serviços de qualidade à população, através dos recursos provenientes da arrecadação de impostos. A eficiência no uso desses recursos públicos é algo que preocupa a sociedade, e requer adequado controle por parte da administração pública.

Dentre os serviços prestados pela administração pública destaca-se a educação, especificamente o ensino superior, pois o mesmo exerce grande contribuição no desenvolvimento econômico e social do país. Nesse sentido Magalhães *et al.* (2010) relata que para verificar a aplicação e qualidade dos gastos no setor educacional é necessário o desenvolvimento de ferramentas que permitam a administração pública avaliar seu desempenho e estabelecer meios para melhorar a aplicação de seus recursos.

Segundo Costa (2012, p.16) os sistemas de medição de desempenho quando bem utilizados oferecem os elementos fundamentais de informação para a tomada de decisão, facilitando o processo de gestão das organizações.

A aplicação de ferramentas que permitem os gestores avaliarem com maior confiabilidade o desempenho das instituições e estabelecer meios para melhorar a aplicação desses recursos, é fundamental para uma gestão eficaz.

Tachizawa (2006, p. 276) conceitua que um modelo de gestão de negócios depende de medição, informação e análise, e que estas precisam ser decorrência da estratégia da organização, abrangendo os principais processos, bem como seus resultados.

Os sistemas de avaliação de desempenho possibilitam a comparação com outras instituições, assim é possível avaliar se os recursos utilizados foram bem aplicados, auxiliando nos controles e na tomada de decisão.

Bertolin (2007) aborda os indicadores como um dos instrumentos mais importantes para avaliar e medir a qualidade e o desempenho dos sistemas de educação.

O Tribunal de Contas da União estabeleceu indicadores de desempenho das instituições federais de ensino superior através da Decisão nº 408/2002, tornando se obrigatória à inclusão dos indicadores nos Relatórios de Gestão das IFIES.

Costa (2012, p.18) diz que a medição do desempenho voltada para a gestão das universidades, especificamente na esfera federal, tem sido os indicadores estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, que apesar de terem foco na prestação de contas, ou o *accountability*, por ser um órgão de controle do governo, pretendem medir a eficiência, produtividade e eficácia da gestão universitária, e possibilitam o estabelecimento de ações que visem à melhoria de resultados e o consequente oferecimento de uma educação de qualidade, com uso responsável dos recursos públicos.

Outro indicador de desempenho das universidades é o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC), que foi instituído pela portaria normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008, que tem por objetivo avaliar o desempenho das instituições de ensino superior do país. Como o IGC considera o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) que é um indicador de qualidade que avalia os cursos superiores, e o CAPES que avalia a qualidade da pós-graduação.

Assim os gestores conseguem avaliar com maior confiabilidade o desempenho do setor educacional, fazendo as mudanças necessárias que conduza a uma gestão eficiente quanto à utilização de recursos públicos.

A população também se beneficia, pois há uma melhoria significativa na transparência de informações, o que é essencial para que a sociedade analise como os gestores administram os recursos públicos, e se objetivo da administração pública esta sendo cumprido, que é de promover o bem comum.

Além do controle exercido por estas instituições, tão ou mais importante é o controle social, exercido pelo cidadão; este será sempre o melhor agente de controle da gestão pública, pois está presente em toda atuação estatal, quer na condição de agente público, quer na condição de beneficiário das políticas públicas (CGU, 2014).

Nesse sentido Magalhães *et al.* (2010, p.3) relata que a mensuração do setor público, especificamente da educação pública superior, constitui fator chave para os governantes e políticos e para sociedade em geral. Assim avaliar o desempenho das universidades é de grande importância, pois permite a administração pública avaliar e estabelecer meios para melhorar a aplicação de seus recursos.

1.1 PROBLEMA

A administração pública visa gerir os recursos provenientes da arrecadação dos impostos com eficiência, o que se pretende é a otimização desses recursos, ou seja, a melhor aplicação. E demonstrar essas informações a sociedade, é essencial para que essa avalie e acompanhe se os recursos estão sendo aplicados de maneira eficaz.

Estabelecendo medições de desempenho os gestores conseguem avaliar com maior confiabilidade os resultados alcançados, se tratando das universidades federais, os indicadores do TCU e o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior(IGC) possibilitam essa avaliação. Conforme relatado por Costa (2012, p.18), apesar dos indicadores do TCU terem foco na prestação de contas, ou o *accountability*, por ser um órgão de controle do governo, pretendem medir a eficiência, produtividade e eficácia da gestão universitária, e possibilitam o estabelecimento de ações que visem à melhoria de resultados e o consequente oferecimento de uma educação de qualidade, com uso responsável dos recursos públicos.

A fim de evidenciar a aplicação de recursos, no ensino superior, e analisar o desempenho em instituições federais de ensino superior, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: Qual desempenho das Universidades Federais do Centro-Oeste de acordo com os indicadores de gestão do Tribunal de Contas da União (TCU) e das notas do Índice Geral de Curso (IGC)?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo do estudo é comparar o desempenho das Universidades Federais do Centro-Oeste de acordo com os indicadores de gestão do TCU e das notas do IGC, no período compreendido nos anos de 2009 a 2012.

1.2.2 Objetivos Específicos

Especificamente o estudo pretende atingir os seguintes objetivos:

- a) Levantar os indicadores do TCU e o IGC das IFES nos anos de 2009 a 2012. Elaborar um ranking de classificação de acordo com indicadores do TCU por meio do método Multicritério de Decisão TOPSIS.
- b) Comparar o desempenho das universidades através dos indicadores do TCU e do IGC.
- c) Verificar se existe correlação entre os indicadores do TCU e o IGC.

1.3 JUSTIFICATIVA

O tema justifica-se pela importância de uma gestão eficaz dos recursos públicos, de forma que beneficie a sociedade, implantando ferramentas que possibilitem o acompanhamento das contas públicas, e que permitam os gestores avaliarem o desempenho das instituições, estabelecendo meios de comparação com outras instituições, para melhor aplicação dos recursos públicos.

Os indicadores de desempenho além de fornecer informações para a avaliação das instituições, podem ser utilizados como forma de prestação de contas à sociedade, assim a população também se beneficia, pois há uma melhoria significativa na transparência de informações, o que é essencial para que a sociedade analise como os gestores administram os recursos públicos, e se o objetivo da administração pública está sendo cumprido, que é de promover o bem comum.

Para Andrade (2007, p.3) a gestão da Administração Pública, deve ser voltada para geração de informações necessárias à imediata e posterior tomada de decisão, buscando também a transparência e resultados satisfatórios à administração, assim como para a comunidade a qual representa.

Utilizar instrumentos que evidenciem o desempenho da gestão pública, a fim de verificar os custos no setor educacional especificamente no ensino superior, é de suma importância. Pois segundo o CGU (2011) a educação é reconhecida como um dos principais pilares para o desenvolvimento da nação, por representar o meio mais eficaz de combate às desigualdades sociais e regionais e de promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Estudos anteriores demonstram a importância da utilização de indicadores como medida de desempenho, Ribeiro (2008) realizou-se uma análise quantitativo-comparativa, o trabalho tem por objetivo avaliar, de forma empírica, a eficiência do gasto público no Brasil

numa comparação envolvendo um conjunto de países da América Latina no período entre 1998 e 2002. Inicialmente, a partir de indicadores econômicos e sociais de cada país, foi construído um índice composto como medida do desempenho dos serviços públicos.

As evidências mostram o Brasil com um resultado em torno da média na avaliação dos serviços públicos e abaixo da média quanto à eficiência dos gastos, tal desempenho pode ser atribuído ao montante elevado das despesas do governo geral e uma má performance do sub - indicador de equidade. Costa Rica, Uruguai e Chile obtiveram os melhores resultados tanto no desempenho dos serviços quanto na eficiência dos gastos públicos.

O sistema de medição de desempenho é um instrumento importante na geração de informações que conduzirá a uma gestão eficiente, o mesmo também colabora para transparência demonstrando a população os efetivos gastos ocorridos num determinado período, assim a população analisa se a administração pública esta cumprindo com seus objetivos, que é estabelecer o bem comum, através da prestação de serviços de qualidade.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Gestão Estratégica na Administração Pública

A administração pública tem por objetivo promover o bem comum, ou seja, satisfazer as necessidades públicas, através de serviços ofertados pelo estado.

Gasparini (20011, p.97) diz que, administração pública é o conjunto de atividades concretas e imediatas desempenhadas pelo Estado sob os termos e condições da lei, visando o atendimento das necessidades coletivas.

De acordo com Meirelles (2011, p. 65):

A administração pública em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Segundo Silva (2004, p.21) o Estado, como instrumento de organização política da comunidade, deve ser estudado como sistema de funções que disciplinam e coordenam os meios para atingir determinados objetivos como um conjunto de órgãos destinados a exercer essas funções.

Para garantir o bom funcionamento da administração pública, conforme relata Tachizawa (2006, p.276) é necessário estabelecer conjuntos de medições, informações e análise como base de planejamento, análise crítica do desempenho, para melhoria das operações e como meio de comparação com outras instituições, desenvolvendo assim a gestão estratégica.

Conforme Ansoff e McDonnell (1993, p. 72) a gestão estratégica é um enfoque sistemático para uma responsabilidade importante e, cada vez mais essencial, a administração geral: posiciona e relaciona a empresa ao seu ambiente de modo que garanta seu sucesso continuado e a coloque a salvo de eventuais surpresas.

Para Costa (2012, p.23) uma das premissas para o sucesso da administração estratégica traduz-se num tipo especial de controle organizacional que se concentra no monitoramento e

na avaliação do processo de administração estratégica para melhorá-lo e assegurar lhe um funcionamento adequado.

Tachizawa (2006, p.277) menciona, uma consideração importante, para a análise da melhoria do desempenho, envolve a criação e a utilização de indicadores de qualidade e de desempenho para avaliar resultados globais, produtos, serviços de apoio, processos, tarefas e atividades.

Para Costa (2012, p.38) se faz necessário, a utilização de ferramentas administrativas que possibilitem concretização dos objetivos e o acompanhamento do desempenho das instituições.

Segundo Santos *et al* (2011, p.16) apesar de não refletir de forma ideal o desempenho das IFES, os indicadores propostos pelo TCU revelam o comportamento de cada instituição ao utilizar, nas metodologias de cálculo, fatores importantes para a gestão das universidades, tais como: quadro de docentes e técnicos, qualificação dos docentes, custo por aluno, desempenho da pós-graduação, entre outros.

O Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC), foi instituído pela portaria normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008, e trata se de um indicador de qualidade que tem por objetivo avaliar o desempenho das instituições de ensino superior do país (INEP, 2014).

2.2 Prestação de contas IFES

De acordo com Andrade (2007, p.3) a gestão da Administração Pública, deve ser voltada para geração de informações necessárias à imediata e posterior tomada de decisão, buscando também a transparência e resultados satisfatórios à administração, assim como para comunidade a qual representa.

Como relata Silva (2004, p.10 *apud* Cruz e Ferreira, 2008, p.3):

A transparência tem como objetivo garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio de diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores, quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e divulgação de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão

fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas.

A transparência pública propõem a participação do cidadão no controle das finanças pública, a divulgação de relatórios por meio eletrônico facilitou o acesso as informações sobre aplicação e arrecadação dos recursos.

A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.”

O estímulo à transparência pública é um dos objetivos essenciais da moderna Administração Pública. A ampliação da divulgação das ações governamentais a milhões de brasileiros, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigia e desenvolve as nações de cidadania (SERPRO, 2014).

Os dados divulgados no Portal da Transparência são de responsabilidade dos ministérios e outros órgãos do Poder Executivo Federal, por serem eles os executores dos programas de governo e os responsáveis pela gestão das ações governamentais. A Controladoria-Geral da União (CGU), por sua vez, reúne e disponibiliza as informações sobre a aplicação desses recursos federais no Portal da Transparência. (CGU, 2014)

No que se refere às instituições federais de ensino superior (IFES) os Relatório de Gestão do exercício são apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010.

O Tribunal de Contas da União Instrução Normativa nº 63/2010 art. 1º conceitua o relatório de gestão como documento contendo informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro.

Conforme IN TCU nº 63/2010 art. 4º o Tribunal definirá anualmente, em decisão normativa, as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão processos de contas ordinárias constituídos para julgamento, assim como os conteúdos e a forma das peças que os comporão e os prazos de apresentação.

2.3 Custos em instituições federais de ensino superior

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o investimento de recursos públicos na área educacional compreende os valores financeiros brutos aplicados pelo setor público no atendimento de demandas educacionais, como no custo de bens e serviços - inclusive bens de capital - e nas transferências, excetuando-se a depreciação e a amortização dos investimentos em estoque (INEP, 2014).

A cobertura dos investimentos públicos em educação compreende a formulação de política, manutenção e desenvolvimento do ensino, a expansão e melhoria das escolas de diversos níveis e modalidades de ensino, dos estabelecimentos de educação, dos programas de assistência ao estudante, entre outros (INEP, 2014).

O gasto é definido como o total do sacrifício financeiro com que a empresa ou instituição arcam para a obtenção de um produto ou serviço. E o custo é uma categoria de gasto que se associa à soma dos valores de bens e serviços consumidos e aplicados na produção de outros bens ou serviços. (MEC, 2014)

Dessa forma, os custos da educação são os valores de “oportunidade” de todos os recursos devotados ao processo educacional, e quando esses recursos não puderem ser diretamente mensurados em termos monetários, deve-se fornecer uma estimativa de seu valor em usos alternativos (VERHINE, 1998 *apud* VERHINE, 2005, p.24).

Na apuração do custo por aluno deve partir das unidades escolares, o local onde a “produção” se realiza. Como elementos de custo, devem ser considerados os insumos necessários para que a atividade da escola se realize. (MEC, 2014).

Na educação superior, segundo Morgan (2004, p.45), o custo para o indivíduo é representado pelo sacrifício de recursos que o aluno tem para frequentar a universidade, como: aquisição de livros, passagens, materiais de laboratório, fotocópias, taxas e outros. O custo da instituição representa o sacrifício que a sociedade arca para fornecer a educação superior.

De acordo com Schwartzman (2005, p.2), o governo federal é o principal mantenedor das instituições federais de ensino superior (IFES), já que nelas o ensino é gratuito e somente cerca de 3,5% do orçamento global é constituído por recursos por elas diretamente arrecadados.

Na Lei Federal nº 9.394/96 art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Para Amaral (2008, p.665) os recursos do fundo público federal que financiam as atividades das IFES são divididos em recursos diretamente arrecadados, chamados de recursos próprios; recursos provenientes de convênios/contratos com organismos públicos e/ou privados e recursos oriundos das outras fontes, como impostos, taxas, contribuições etc., que são chamados de recursos do Tesouro Nacional. Os recursos próprios são provenientes de prestação de serviços pelas diversas unidades da instituição, prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos Hospitais Universitários (HU), taxas internas, aluguéis, doações, receitas resultantes de aplicações no mercado financeiro etc.

2.4 Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), órgão do Ministério da Educação, é a unidade responsável por garantir que a legislação educacional seja cumprida para garantir a qualidade dos cursos superiores do País (PORTAL DO BRASIL, 2014).

É a unidade do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Federal de Educação Superior; e cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, e de pós-graduação lato sensu, todos na modalidade presencial ou a distância. A Seres também é responsável pela Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (MEC, 2014).

Conforme o Decreto nº 7.690/2012 Art. 26 À Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior compete:

I - planejar e coordenar o processo de formulação de políticas para a regulação e supervisão da educação superior, em consonância com as metas do PNE;

II - autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, presenciais e a distância;

III - examinar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior para as modalidades presencial e a distância;

IV - supervisionar instituições de educação superior e cursos de graduação e sequenciais, presenciais e a distância, com vistas ao cumprimento da legislação educacional e à indução de melhorias dos padrões de qualidade da educação superior, aplicando as penalidades previstas na legislação;

V - estabelecer diretrizes e instrumentos para as ações de regulação e supervisão da educação superior, presencial e a distância em consonância com o ordenamento legal vigente;

VI - estabelecer diretrizes para a elaboração dos instrumentos de avaliação de instituições e cursos de educação superior;

VII - gerenciar sistema público de informações cadastrais de instituições e cursos de educação superior;

VIII - gerenciar sistema eletrônico de acompanhamento de processos relacionados à regulação e supervisão de instituições e cursos de educação superior;

IX - manter e atualizar o catálogo dos cursos superiores de tecnologia;

X - propor as ações de concepção e atualização dos referenciais e das diretrizes curriculares dos cursos superiores de graduação;

XI - propor referenciais de qualidade para a educação a distância, considerando as diretrizes curriculares da educação superior e as diversas tecnologias de informação e comunicação;

XII - articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral; (Redação dada pelo Decreto nº 8.066, de 2013 - vigência)

XIII - gerenciar, planejar, coordenar e executar as ações referentes à concessão dos certificados das entidades beneficentes de assistência social da área de educação, e decidir sobre a certificação; e (Redação dada pelo Decreto nº 8.066, de 2013 - vigência)

XIV - gerenciar, planejar, coordenar, executar e monitorar ações referentes a processos de chamamento público para credenciamento de instituições de educação superior privadas e para autorização de funcionamento de cursos em áreas estratégicas, considerando as necessidades do desenvolvimento do País e a inovação tecnológica. (Incluído pelo Decreto nº 8.066, de 2013 - vigência)

Suas ações buscam induzir a elevação da qualidade do ensino por meio do estabelecimento de diretrizes para a expansão de cursos e instituições, de conformidade às diretrizes curriculares nacionais e de parâmetros de qualidade de cursos e instituições (MEC, 2014).

2.5 O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, § 1º a avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e está relacionada:

- À melhoria da qualidade da educação superior;
- À orientação da expansão de sua oferta;
- Ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- Ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Segundo Costa (2012, p.44) Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados da avaliação também subsidiam os processos de regulação e supervisão da educação superior que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, e credenciamento e credenciamento de IES.

O SINAES é composto ainda pelos processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional que, junto com o Enade, formam um ‘tripé’ avaliativo que permite conhecer em profundidade o modo de funcionamento e a qualidade dos cursos e (INEP/ENADE, 2014).

Para Augusto e Balzan (2007, p. 8) o SINAES é um sistema global e integrado das atividades acadêmicas, constituído de três elementos principais: a) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), composta pelas avaliações interna e externa das instituições; b) Avaliação dos cursos de Graduação (ACG), realizada pelas comissões destinadas para este fim; c) Avaliação de Desempenho dos Estudantes, realizada mediante a participação por amostragem dos ingressantes e concluintes de cursos previamente selecionados a cada ano para a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Figura 1 Estrutura do SINAES



Fonte: Costa, 2012

No Sinaes a integração dos instrumentos (auto avaliação, avaliação externa, avaliação das condições de ensino, Enade, censo e cadastro) permite a atribuição de conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas (INEP, 2014).

O SINAES está fundamentado nas avaliações institucional, de cursos e de estudantes. A Avaliação Institucional, interna e externa, considera 10 dimensões (INEP, 2014):

1. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;

2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão;
3. Responsabilidade social da IES;
4. Comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico administrativo;
6. Organização de gestão da IES;
7. Infraestrutura física;
8. Planejamento de avaliação;
9. Políticas de atendimento aos estudantes;
10. Sustentabilidade financeira.

Avaliação dos cursos será realizada analisando-se 3 dimensões:

1. Organização didático-pedagógica;
2. Perfil do corpo docente;
3. Instalações físicas.

A avaliação dos estudantes, através do ENADE, será aplicada periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. A avaliação será expressa por meio de conceitos, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento (INEP, 2014).

Coletas de informações (INEP, 2014):

- a) Censo da Educação Superior (integrado ao SINAES e incluindo informações sobre atividades de extensão)
- b) Cadastro de Cursos e Instituições (integrado ao SINAES)
- c) CPA: Comissão Própria de Avaliação (criadas nas IES com a atribuição de conduzir os processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de coleta de informações)

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades (INEP, 2014):

Auto avaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto avaliação institucional da CONAES (INEP, 2014).

Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto avaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que

busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade (INEP, 2014).

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades (INEP, 2014).

2.6 A Medição de Desempenho nas IFES

Segundo Oliveira e Turrioni (2006, p.1) a avaliação de desempenho de órgãos do setor público é fundamental para uma melhor gestão dos recursos destinados a estes. Através de sistemas de medição de desempenho podemos avaliar como os recursos estão sendo utilizados e que resultados estes estão gerando, porém sem um determinado referencial não podemos avaliar se estes recursos podem ser melhor empregados. Para isto é necessária à comparação entre órgãos similares, elegendo assim os que fazem um melhor uso dos recursos empregados e que geram melhores resultados através destes recursos.

Costa (2012, p.40) diz que, a aplicação de indicadores de desempenho atribui valor em sentido quantitativo e qualitativo, estabelece padrões de comparação e permite comparação dos resultados obtidos com os respectivos padrões estabelecidos pela gestão, tendo assim, como objetivo principal a tomada de decisão.

Para Possani e Possani (2013, p.6) ao utilizar um sistema de avaliação que seja capaz de monitorar os recursos envolvidos nas instituições, a partir de um sistema que assegure a veracidade das informações e que este avalie constantemente o desempenho e que as informações apresentadas através dos relatórios possam ser de grande valia para os gestores no processo de tomada de decisão.

Oliveira e Turrioni (2006, p.1) diz que, dentro deste contexto encontramos as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que são avaliadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) através de nove indicadores.

E para medir a qualidade dos cursos de graduação no país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) utilizam o Índice Geral de Cursos (IGC) (PORTAL DO BRASIL, 2014).

2.6.1 Os Indicadores do Tribunal de Contas da União (TCU)

O Tribunal de Contas da União (TCU) é um tribunal administrativo, que julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário. Tal competência administrativa-judicante, entre outras, está prevista no art. 71 da Constituição brasileira (TCU, 2014).

Assim TCU estabeleceu indicadores de desempenho das instituições federais de ensino superior através da Decisão nº 358/2000, esses foram aplicados em cinco universidades, afim de ser aprimorados (Costa, 2012).

Possani e Possani (2013, p.6) em 2002, o Tribunal de Contas da União após auditorias de natureza operacional realizada na Universidade de Brasília (UNB), com objetivo de seleção e apuração de indicadores para retratar aspectos relevantes do desempenho das instituições de ensino superior, determinou com a Decisão nº 408/2002 – TCU – Plenário, que todas as IFES deverão incluir em seus Relatórios de Gestão a partir de 2002 os indicadores de desempenho, com o objetivo de orientar as IFES na implantação padronizada do conjunto inicial dos indicadores e definir um plano de ação para aprimorá-los.

A seguir serão abordados os nove indicadores de desempenho:

QUADRO 1 - Indicadores de gestão determinados pela Decisão TCU nº 408/2002

INDICADOR		O QUE MEDE
1	Custo corrente por aluno equivalente (CCAÉ)	O custo por aluno, considerando todas as despesas correntes da instituição divididas pelo número de alunos.
2	Aluno tempo integral por professor equivalente (AIPE)	A relação entre a quantidade de alunos para cada professor.
3	Aluno tempo integral por funcionário equivalente (AIFE)	A relação entre a quantidade de alunos para cada funcionário.
4	Funcionário equivalente por professor equivalente (FÉPE)	A relação entre a quantidade de funcionários para cada professor.
5	Grau de participação estudantil (GPE)	Informa o grau de utilização da capacidade instalada na instituição pelo aluno e também a velocidade de integralização curricular. É obtido pelo quociente entre o número total de alunos em tempo integral e o número

		total de alunos ativos na graduação.
6	Grau de envolvimento com pós graduação (GEPG)	A relação entre alunos vinculados a programas de mestrado e doutorado e o total de alunos da graduação, mestrado e doutorado.
7	Conceito CAPES	É a média das notas de avaliação realizada pela CAPES de todos os cursos de mestrado e doutorado da instituição.
8	Índice de qualificação do corpo docente (IQCD)	A relação ponderada do número de professores com doutorado, mestrado, especialização e graduação.
9	Taxa de sucesso na graduação (TSG)	A relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes.

Fonte: Costa, 2012

2.6.2 O Índice Geral de Cursos (IGC)

O Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC), foi instituído pela portaria normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008, e trata se de um indicador de qualidade que tem por objetivo avaliar o desempenho das instituições de ensino superior do país.

Segundo o Art. 2ª da Portaria Normativa Nº 12/2008 o IGC será calculado com base nas seguintes informações:

I - média ponderada dos Conceitos Preliminares de Cursos (CPC), nos termos da Portaria Normativa no 4, de 2008, sendo a ponderação determinada pelo número de matrículas em cada um dos cursos de graduação correspondentes;

II - média ponderada das notas dos programas de pós-graduação, obtidas a partir da conversão dos conceitos fixados pela CAPES, sendo a ponderação baseada no número de matrículas em cada um dos cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu* correspondentes.

§ 1ª A ponderação levará em conta a distribuição dos alunos da IES entre os diferentes níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado).

§ 2ª Nas instituições sem cursos ou programas de pós-graduação avaliados pela CAPES, o IGC será calculado na forma do inciso I.

Art. 3^a O IGC será utilizado, entre outros elementos e instrumentos referidos no art. 3o, § 2o da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, como referencial orientador das comissões de avaliação institucional.

Figura 2 - Composição do IGC



Fonte: Costa 2012

O CPC é um indicador de qualidade que avalia os cursos superiores. Ele é calculado no ano seguinte ao da realização do Enade de cada área, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos (MEC, 2014).

Segundo Costa (2012, p.49) para o cálculo do CPC são considerados três elementos nas seguintes proporções: o ENADE (40%), o IDD (30%) e os insumos (30%). Esses insumos são compostos pelas seguintes informações: infraestrutura e instalações físicas, com peso 10,2; recursos didático-pedagógicos, com 27,2 de peso; corpo docente, considerando-se a titulação, peso de 38,9; e o regime de trabalho com o peso de 23,8.

Costa (2012, p.50) diz ainda quanto à Pós-graduação, a avaliação é realizada pela CAPES compreendendo o acompanhamento anual e avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de 1 a 7 fundamentam a deliberação do credenciamento sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento, a vigorar no triênio subsequente. A medida de qualidade da pós-graduação que compõe o IGC é uma conversão das notas fixadas pela CAPES.

Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo assim todas as áreas avaliadas, ou ainda, todo o ciclo avaliativo (MEC, 2014).

2.7 ESTUDOS ANTERIORES

Caldatto (2011) com objetivo de identificar o custo de formação de um acadêmico do curso superior de ciências contábeis da UTFPR – Câmpus Pato Branco no ano de 2010, para isso realizou se um estudo de caso. O custo de formação foi comparado com seis universidades privadas, e através do custeio ABC identificou se que dos 29 formandos da UTFPR no ano de 2010, considerando o período regular de quatro anos para a formação, cada um custou em media R\$ 23.338,70.

Custo esse que é inferior a media das universidades privadas que é de R\$ 24.985,68; outro fator analisado foi relação custo x qualidade e verificou se através do Enade, que os acadêmicos da UTFPR apresentaram melhor desempenho com media cinco, enquanto as universidades privadas manterão uma media três. Com essa pesquisa é possível identificar que o controle de custos pode ser utilizado pela Administração pública para avaliar como os recursos estão sendo aplicados, além de ser mais uma maneira de prestar contas aos cidadãos.

Puccinelli e Slomski (2010) realizou uma pesquisa caracterizada como exploratória e bibliográfica, se desenvolveu por meio de análises de correlações, o estudo teve por objetivo verificar a relação entre o desempenho dos alunos nas avaliações no ensino fundamental brasileiro e o investimento por aluno realizado, para isso analisou-se a evolução dos investimentos em cada Unidade Federativa e também das notas obtidas nas avaliações nacionais entre os anos de 1998 a 2007.

A fim de concluir se maiores recursos financeiros estão associados a um melhor desempenho escolar, e constatou se que as notas nas avaliações não estão diretamente relacionadas com o investimento por aluno, contrariando a expectativa de que maiores recursos estivessem interligados a desempenhos superiores; dessa forma o trabalho em suas considerações finais apresentou que o adequado investimento tem papel fundamental para a expansão e manutenção da rede de ensino, porém as variáveis com maior impacto e poder explicativo para a proficiência escolar não estão diretamente relacionadas ao dinheiro

aplicado, mas sim a variáveis não mensuráveis como as características do aluno e de sua família.

Will (2009) desenvolveu uma pesquisa exploratório e descritivo com abordagem qualitativa-quantitativa, que utiliza procedimentos técnicos de uma pesquisa bibliográfica e documental para a busca de conhecimento sobre o tema e coleta de dados para análise entre os anos 2004 e 2008 que teve como objetivo analisar a composição e evolução das despesas públicas do Estado de São Paulo, no âmbito da classificação funcional da despesa, destacam-se os gastos com encargos especiais (28,14% do total de despesas do período estudado), educação (19,62%), saúde (10,99%), segurança pública (7,98%), transporte (6,55%), previdência social (6,51%), e função judiciária (6,05%). As despesas registradas nas demais funções representam 14,16% do total de despesas de todos os períodos, assim se observa a importância de transparência de gestão para a população, da otimização da aplicação dos recursos públicos.

Magalhães et al. (2010) Desenvolveu um estudo de caso para apura o custo por aluno no ensino de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Os dados foram obtidos por meio da análise de documentos, relatórios contábeis e relatórios gerados pela central de processamento de dados da instituição. O custo médio por aluno, apurado para o ano de 2004, foi de R\$ 8.965,91.

O custo por aluno dos departamentos variou de R\$ 3.948,59 (curso de matemática) a R\$ 17.022,79 (curso de zootecnia). As variáveis que mais influenciaram o custo por aluno foram os números de matrículas, de bens móveis, de docentes e de servidores técnico-administrativos. A mensuração de custo por aluno da UFRV fornece orientação quanto ao modo de a instituição se expandir sem se onerar, bem como a melhor forma de aproveitar sua estrutura física. A apuração dos custos é importante contribuição para superar as dificuldades de controle de custos do setor educacional, visando à otimização no uso desses recursos e à efetiva contribuição para melhoria do bem-estar da sociedade brasileira.

Carpintéro e Bacic (1999) o objetivo de determinar o custo-aluno por ano de 103 unidades escolares do ensino fundamental (1a. a 8ª Série) de sete Aglomerações Urbanas Metropolitanas que fazem parte de seis estados do Brasil. A referência à importância do conhecimento do custo-aluno na educação básica no Brasil está contida na Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece que este custo deve ser calculado anualmente pela União que deve verificar as desigualdades regionais e complementar recursos para as regiões mais desfavorecidas.

Os resultados obtidos que a diferença supera o 100%. Dado que o maior item de custo é o salário, a diferença nas remunerações regionais é o principal fator que explica o diferencial custo-aluno. As informações obtidas possibilitarão ao administrador público melhores elementos para equalizar, por meio do FNDE, as diferenças regionais de recursos disponíveis.

As cinco pesquisas demonstraram a importância de uma boa gestão de recursos, e a otimização da aplicação desses recursos para atingir o objetivo da administração pública que é de promover o bem comum.

3 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2004, p.42), a metodologia é uma parte complexa e deve requerer maior cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal de métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico.

Para Gil (2010), a metodologia estabelece procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar a condução e o delineamento da pesquisa.

Minayo (2004, p.43) diz que, a metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

Neste trabalho de início foi realizada uma revisão bibliográfica, com o objetivo de recolher informações acerca do tema, para construção do referencial teórico, com base em material já publicado. Quanto à amostra se restringe as universidades federais do centro – oeste. Quanto aos objetivos é definida como descritiva, quanto aos procedimentos é uma pesquisa documental, já que se baseia em dados secundários, apresentados nos relatórios de gestão de 2009 a 2012 das universidades federais do centro-oeste. Quanto à abordagem do problema a pesquisa é caracterizada como quantitativa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa é caracterizada como descritiva quanto aos objetivos, onde pretende comparar o desempenho acadêmico das Universidades Federais do Centro-Oeste de acordo com os indicadores de gestão do TCU e das notas do IGC calculadas pelo INEP. Segundo Gil (2010, p.27) a pesquisa descritiva tem por objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis variáveis.

Quanto aos procedimentos a pesquisa caracteriza-se como um estudo documental, já que pretende analisar os relatórios de gestão das universidades estudadas. Marconi e Lakatos (2010, p.157) diz que, a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados e esta restrita a documentos escritos ou não, constituído o que se denomina de fontes

primárias ou secundárias. Segundo Gil (2010, p.67) documentos de fonte primária são os que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagem de jornal, cartas, contratos etc. Os documentos de fontes secundárias são os que já passaram por tratamento analítico, e que são apresentados como relatórios de empresas e de órgãos governamentais.

Além disso, a pesquisa é caracterizada como quantitativa quanto à abordagem do problema. Segundo Beuren et al (2010, p.92) a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

3.2 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população compreende as universidades Federais brasileiras, e a amostra as cinco Universidades Federais do centro – oeste, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Escolha desta amostra foi por interesse de pesquisa regional.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As informações foram coletadas por meio de dados secundários disponíveis no site eletrônico do Tribunal de Contas da União, utilizando os relatórios de gestão.

O relatório de gestão traz as principais informações relativas à gestão e ao desempenho institucional do período apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 (STJ, 2014).

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise foi realizada por meio de análise descritiva dos dados obtidos pelas universidades nos indicadores do TCU e o IGC. Para construir um ranking entre as universidades federais localizadas no centro – oeste, foi utilizada a técnica de apoio à decisão conhecida como *TOPSIS* (Technique for Order Preference by Similarity to Ideal Solution) que

segundo Krohling e Souza (2010, p.31) é uma técnica para avaliar o desempenho das alternativas através da similaridade com a solução ideal, de acordo com essa técnica, a melhor alternativa seria aquela que é a mais próxima da solução ideal positiva e a mais distante da solução ideal negativa. A solução ideal positiva é uma solução que maximiza os critérios de *benefício* e minimiza os critérios de *custo*; já a solução ideal negativa maximiza os critérios de *custo* e minimiza os critérios de *benefício*. Resumindo, a solução ideal positiva é composta de todos os melhores valores atingíveis dos critérios de *benefício*; já a solução ideal negativa consiste em todos os piores valores atingíveis dos critérios de *custo*.

Krohling e Souza (2010, p.31) descrevem a técnica de TOPSIS de acordo com os seguintes passos:

Passo 1: Cálculo das soluções ideais positivas A^+ (benefícios) e das soluções ideais negativas A^- (custos) da seguinte forma:

$$A^+ = (p_1^+, p_2^+ \dots p_m^+)$$

$$A^- = (p_1^-, p_2^- \dots p_m^-)$$

onde

$$p_j^+ = (\max_i p_{ij}, j \in J_1; \min_i p_{ij}, j \in J_2)$$

$$p_j^- = (\max_i p_{ij}, j \in J_1; \min_i p_{ij}, j \in J_2)$$

onde J_1 e J_2 representam respectivamente o critério *benefício* e *custo*.

Passo 2: Cálculo das distâncias Euclidianas entre A_i e A^+ (benefícios) e entre A_i e A^- (custos) da seguinte forma:

$$d^+ = \sqrt{\sum_{j=1}^n w_j (p_j^+ - p_{ij})^2} \text{ com } i = 1, \dots, m$$

$$d^- = \sqrt{\sum_{j=1}^n w_j (p_j^- - p_{ij})^2} \text{ com } i = 1, \dots, m$$

Passo 3: Cálculo da proximidade relativa x_i para cada alternativa A_i em relação à solução ideal positiva A^+ conforme:

$$\xi_i = \frac{d_i^-}{d_i^+ + d_i^-}$$

Para efetuar a comparação dos indicadores do TCU e IGC foi utilizado a correlação de *Kendall*. O coeficiente de correlação de *Kendall* indica uma medida de correlação, entre dois conjuntos de dados ordinais postos, que varia entre -1 e 1, sendo que um valor próximo de 1 informa que há associação bem acentuada entre as duas classificações e, por outro lado, um valor próximo a -1 indica que as classificações são praticamente opostas. Já um valor próximo de zero indica a não existência de associações acentuadas entre as duas classificações, ou seja, as duas classificações não são ordenadamente relacionadas (MARTINS e TEÓPHILO, 2007 *apud* Hall *et al* 2013, p.8).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados em três etapas. Na primeira, apresentara os resultados obtidos pelas universidades nos indicadores do TCU, através da análise descritiva, descrevendo os dados obtidos com a pesquisa documental. A segunda parte, utilizando o método TOPSIS multicritério, foi construído um ranking entre as universidades possibilitando a comparação de desempenho entre as instituições, através da coleta de dados que levantou os índices obtidos pelas instituições nos indicadores do TCU e o IGC para os anos de 2009 a 2012. Na terceira, foi utilizada a correlação Kendall para analisar se a relação entre os indicadores TCU e o IGC.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DO TCU

4.1.1 Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

Segundo Santos *et al.* (2011, p.5) dentre os indicadores, a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) é aquele que reflete melhor a organização e o desempenho das IFES. Isso porque a TSG mede a relação entre os alunos ingressantes e os diplomados, isto é, a quantidade de alunos formados, em tempo regular, em relação à quantidade de alunos que entram na universidade a cada ano. Assim Foram apurados através do valores mínimos e máximos sendo, quanto mais próximo de 100%, melhor é o resultado do indicador, pois estará informando que todos os alunos que ingressaram na Universidade em determinado período formaram-se no tempo regular.

A tabela 1 apresenta os dados da taxa de sucesso na graduação das universidades federais do centro - oeste, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 1 - Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

	TSG 2009	TSG 2010	TSG 2011	TSG 2012
UFG	79,00%	73,00%	62,00%	62,00%
UFGD	61,00%	51,00%	51,00%	57,66%
UFMS	62,48%	58,00%	57,46%	52,00%
UFMT	35,00%	53,00%	50,00%	66,00%
UNB	72,00%	76,02%	60,67%	59,09%
MÍNIMO	35,00%	51,00%	50,00%	52,00%
MÁXIMO	79,00%	76,02%	62,00%	66,00%
MEDIA	61,90%	62,20%	56,23%	59,35%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na tabela 1 que, no ano de 2009, o maior índice de TSG foi obtido na Universidade Federal de Goiás (UFG) que apresentou o TSG de 79%, o menor índice pode ser observado Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) que é de 35%. Já no ano de 2010 o índice apresentou uma alteração verificando-se que o índice máximo foi de 76,02% na UNB e o índice mínimo é de 51% na UFGD, no entanto os anos de 2009 e 2010 não apresentaram grande alteração sendo que a média em 2009 foi de 61,90% e em 2010 62,20%. No ano de 2011 os índices apresentaram uma diminuição em relação aos anos de 2009 e 2010 com a média de 56,23% e o TSG máximo no valor de 62% na Universidade Federal de Goiás (UFG) e o mínimo de TSG 50% Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Já em 2012 pode-se verificar uma melhora nos índices se comparado ao ano de 2011, apresentando o índice máximo de TSG 66% Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e índice mínimo de 52% na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e uma média de 59,35%.

4.1.2 Custo Corrente / Aluno Equivalente (CCAIE, CCAIE/HU)

Santos *et al.* (2011, p.5) diz que, esse indicador revela o custo de manutenção do aluno na Universidade. Representa toda despesa corrente que a IFES tem com cada aluno (despesa com pessoal, custos administrativos, etc). É ainda subdividido em dois outros: um que computa os gastos com o Hospital Universitário (HU) da Instituição (quando há) e outro que desconsidera essas despesas.

A tabela 2 apresenta os dados do Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente das universidades federais do centro - oeste, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 2 – Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente (CCAIE/HU)

	CCAIE/HU 2009	CCAIE/HU 2010	CCAIE/HU 2011	CCAIE/HU 2012
UFG	11.762,76	13.858,83	14.278,78	15.525,62
UFMS	14.004,70	13.761,01	13.441,96	15.849,85
UFMT	18.057,49	17.975,85	16.635,08	18.529,11
UFGD	13.416,68	13.479,67	14.544,22	13.656,63
UNB	24.014,69	29.287,86	30.243,70	34.354,29
MÍNIMO	11.762,76	13.479,67	13.441,96	13.656,63
MÁXIMO	24.014,69	29.287,86	30.243,70	34.354,29
MÉDIA	16.251,26	17.672,64	18.127,17	19.583,10

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme se observa na tabela 2 em 2009, as Universidades Federais do Centro – Oeste gastaram, em média, R\$ 16.251,26 (considerando as despesas com o HU) por aluno equivalente. Nesse mesmo ano a UFG teve despesas com o aluno equivalente de R\$ 11.762,76, valor um pouco abaixo da média da Região, já a UNB teve um gasto acima da média de R\$ 24.014,69.

Ainda em 2009, o que pode se observar é que a Universidade que apresentou melhor resultado na TSG 79%, a UFG, tem baixo custo por aluno equivalente R\$ 11.762,76. Conforme relata Santos *et al.* (2011, p.7) isto pode ser um indicativo de que a eficiência dos gastos é mais importante que o total gasto na Instituição.

Já no ano de 2010, o menor índice de CCA/HU ocorreu na UFGD R\$ 13.479,67, e media de gastos foi de R\$ 17.672,64, e a UNB apresentou o maior gastos com R\$ 29.287,86. No ano de 2011 a média de gastos por aluno equivalente com HU foi de R\$ 18.127,17, o menor índice de gastos pode ser verificado na UFMS R\$ 13.441,96, a UNB teve um índice maior de R\$ 30.243,70. Em 2012, o menor gastos por aluno equivalente com HU foi na UFGD de R\$ 13.656,63, a média foi de 19.583,10, e a UNB apresentou o maior índice no valor de R\$ 34.354,29.

Observa se que o maior gasto por aluno equivalente com HU ocorrido nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 foi na Universidade Federal de Brasília (UNB), e durante esses anos a UNB teve custo corrente acima da média das universidades federais localizadas no centro – oeste.

A tabela 3 apresenta os dados do Custo Corrente Aluno Equivalente sem considerar as despesas com o hospital universitário, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 3 - Custo Corrente sem HU/ Aluno Equivalente (CCAIE)

	CCAIE 2009	CCAIE 2010	CCAIE 2011	CCAIE 2012
UFG	10.609,17	12.426,08	12.581,10	13.935,56
UFMS	13.405,65	12.342,03	12.119,39	14.573,05
UFMT	13.636,90	16.937,37	15.664,34	17.407,30
UFGD	12.251,60	11.444,91	11.792,34	10.874,85
UNB	22.872,86	28.060,75	28.602,54	25.591,88
MÍNIMO	10.609,17	11.444,91	11.792,34	10.874,85
MÁXIMO	22.872,86	28.060,75	28.602,54	25.591,88
MÉDIA	14.555,24	16.242,23	16.151,94	16.476,53

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 3 podemos verificar o custo corrente por aluno equivalente (sem considerar os gastos com HU), assim em 2009, a média dos gastos foi de 14.555,24, a UFG apresentou

um índice a baixo da média no valor de R\$ 10.609,17, e a UNB apresentou um índice acima da média de 22.872,86. Já no ano de 2010 a UFGD apresentou o menor custo corrente por aluno equivalente de R\$ 11.444,91, a UNB novamente apresentou o maior índice no valor de R\$ 28.060,75, e a média de gastos no ano foi de R\$ 16.242,23.

No ano de 2011, a média de gastos por aluno equivalente foi de R\$ 16.151,94, verifica se que houve uma diminuição quando comparado ao ano de 2010 que apresentou uma média de R\$ 16.242,23, a UNB apresentou o maior custos corrente por aluno equivalente de R\$ 28.602,54, e a UFGD o menor custo corrente de R\$ 11.792,34. Já no ano de 2012 a média de gastos volta a subir sendo de R\$ 16.476,53, e a UNB apresentou um custo de R\$ 25.591,88, e a UFGD de R\$ 10.874,85.

O que se observa nesses quatro anos é que a UFGD apresentou um custo corrente abaixo da média das universidades federais do centro – oeste, enquanto a UNB manteve um custo acima da média.

4.1.3 Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente (AIPE)

Santos *et al.* (2011, p.9) o aluno em tempo integral desse indicador é o mesmo do aluno equivalente, com a diferença que no cálculo desse último há uma ponderação do resultado com o peso do curso que o aluno está matriculado. O Professor equivalente, por sua vez, é dado pela soma dos professores em efetivo exercício na graduação, pós-graduação e residência médica, com os professores substitutos e visitantes. Descontam-se os professores afastados da Instituição.

A tabela 4 apresenta os dados do aluno tempo integral/ professor equivalente das universidades federais do centro - oeste, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 4 - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente (AIPE)

	AIPE 2009	AIPE 2010	AIPE 2011	AIPE 2012
UFG	11,23	10,69	11,47	10,97
UFMS	13,63	13,46	15,05	14,68
UFMT	5,84	7,94	8,24	9,21
UFGD	9,08	10,57	12,05	15,00
UNB	15,93	10,25	14,29	13,96
MÍNIMO	5,84	7,94	8,24	9,21
MÁXIMO	15,93	13,46	15,05	15,00
MÉDIA	11,14	10,58	12,22	12,76

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme na tabela 4 em 2009, a média de alunos para cada professor nas Universidades do Centro- Oeste foi de 11,14 para cada docente. A UNB tem resultados acima dessa média de R\$ 15,93, já a UFMT apresentou o AIPE menor de 5,84, UFGD tem resultado mais próximo da média sendo de 9,08.

Durante os quatro anos a UFMT obteve o menor índice de AIPE, sendo em 2010 o índice foi de 5,84, em 2010 foi de 7,94, em 2011 8,24 e em 2012 foi de 9,21, mas se percebe aumento significativo nesse índice. Já a UNB apresentou um índice acima da média das universidades do centro – oeste, sendo em 2009 índice foi de 15,84, em 2010 foi de 13,46, em 2011 15,05 e em 2012 foi de 15,00.

4.1.4 Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (AIFE, AIFE/HU)

De acordo com Santos *et al.* (2011, p.10) da mesma forma que há uma importância em otimizar a relação aluno/professor, há de se estabelecer uma eficiente alocação do corpo administrativo da Universidade para um bom serviço de educação superior. É ainda subdividido em dois outros: um que computa os gastos com o Hospital Universitário (HU) da Instituição (quando há) e outro que desconsidera essas despesas.

A tabela 5 apresenta os dados do aluno tempo integral/ funcionário equivalente sem considerar as despesas com o hospital universitário, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 5 - Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes sem HU (AIFE)

	AIFE 2009	AIFE 2010	AIFE 2011	AIFE 2012
UFG	9,93	9,32	9,02	7,65
UFMS	10,23	9,76	10,25	10,12
UFMT	6,29	6,7	7,27	8,56
UFGD	7,79	8,43	8,98	9,73
UNB	12,66	4,63	5,12	6,66
MÍNIMO	6,29	4,63	5,12	6,66
MÁXIMO	12,66	9,76	10,25	10,12
MÉDIA	9,38	7,76	8,12	8,54

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 5 verifica se o numero de alunos por funcionários (desconsideram-se, trabalhadores do Hospital Universitário), no ano de 2009, a média foi de 9,38, a UNB esta

acima da média sendo 12,66 alunos para cada funcionário, e a UFMT apresenta um índice menor que a média sendo 6,29 alunos para cada funcionário. Em 2010, houve uma diminuição na média se comparado ao ano de 2009 sendo 7,76 alunos para cada funcionário, a UNB também apresentou uma melhora no índice passando para 4,63 alunos para cada funcionários, e o maior índice pode ser verificado na UFMS com 9,76.

No ano de 2011 a média volta a subir para 8,12, e a UFMS apresenta o índice maior se comparado ao ano de 2010 sendo 10,25 alunos para cada funcionários, a UNB apresenta o menor índice de 5,12 alunos para cada funcionário. No ano de 2012 a média foi de 8,54, e o menor índice pode ser verificado na UNB 6,66, e o maior índice UFMS com 10,12 alunos para cada funcionário.

A tabela 6 apresenta os dados do aluno tempo integral/ funcionário equivalente considerando as despesas com o hospital universitário, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 6 - Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes com HU (AIFE/HU)

	AIFE/HU 2009	AIFE/HU 2010	AIFE/HU 2011	AIFE/HU 2012
UFG	6,62	6,48	6,52	5,72
UFMS	5,56	5,49	5,92	5,7
UFMT	4,65	5,25	5,84	6,55
UFGD	7,63	3,65	3,77	4,44
UNB	7,02	5,31	3,59	4,89
MÍNIMO	4,65	3,65	3,59	4,44
MÁXIMO	7,63	6,48	6,52	6,55
MÉDIA	6,29	5,23	5,12	5,46

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 6 verifica se o numero de alunos por funcionários (incluindo se os funcionários do hospital universitário), observa se que o maior índice de alunos para cada funcionário ocorreu em 2009 na UFGD 7,63, e o menor índice foi relatado em 2011 na UNB sendo 3,59 alunos para cada funcionário, a média não apresentou mudança significativa durante os quatro anos, chegando a 5,46 no ano de 2012.

4.1.5 Funcionário Equivalente / Professor Equivalente (FEPE, FEPE/HU)

De acordo com Santos *et al.* (2011, p.12) considerando que o quadro de trabalhadores das Universidades (professores e funcionários técnico- administrativos) tem como único objetivo a formação qualificada do aluno, não há aparente motivo para uma relação

desproporcional para essas categorias. . É ainda subdividido em dois outros: um que computa os gastos com o Hospital Universitário (HU) da Instituição (quando há) e outro que desconsidera essas despesas.

Tabela 7 - Funcionário equivalente com HU/Professor equivalente (FEPE/HU)

	FEPE/HU 2009	FEPE/HU 2010	FEPE/HU 2011	FEPE/HU 2012
UFG	1,7	1,65	1,76	1,92
UFMS	2,45	2,45	2,45	2,58
UFMT	1,25	1,51	1,41	1,41
UFGD	1,19	2,90	3,19	3,38
UNB	2,27	2,85	3,98	2,86
MÍNIMO	1,19	1,51	1,41	1,41
MÁXIMO	2,45	2,9	3,98	3,38
MÉDIA	1,77	2,27	2,56	2,43

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 7 observa se o numero de funcionários por professor considerando os funcionários do Hospital Universitário, percebe-se que durante os quatro anos há um aumento desse indicador. Em 2009 a média era de 1,77, em 2010 foi de 2,27, em 2011 foi de 2,56, em 2012 foi de 2,43.

O menor indicador ocorreu em 2009 na UFDG de 1,19 técnico para cada professor da instituição, já nos anos de 2010 2011 e 2012 o menor índice ocorreu na UFMT. E o maior indicador foi em 2009 foi a UFMS com 2,45 técnico para cada professor da instituição, em 2010 e 2012 a UFGD apresentou o melhor índice, e em 2011 a UNB 3,98.

A tabela 8 apresenta os numero de funcionários por professor sem considerar as despesas com o hospital universitário, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 8 - Funcionário equivalente sem HU/Professor equivalente (FEPE)

	FEPE 2009	FEPE 2010	FEPE 2011	FEPE 2012
UFG	1,13	1,15	1,27	1,43
UFMS	1,33	1,38	1,41	1,45
UFMT	0,93	1,19	1,13	1,08
UFGD	1,16	1,25	1,34	1,54
UNB	1,26	2,21	2,79	2,1
MÍNIMO	0,93	1,15	1,13	1,08
MÁXIMO	1,33	2,21	2,79	2,1
MÉDIA	1,16	1,44	1,59	1,52

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 8 verifica se que em 2009, a média de funcionários por professor era de 1,16 (sem considerar os funcionários do Hospital Universitário), essa média não apresentou mudança significativa durante os quatro anos, sendo que em 2010 a média foi de 1,44, em 2011 foi de 1,59 e 2012 chegou a 1,52.

O menor indicador ocorreu em 2009 na UFMT de 0,93 isto é, quase 1 técnico para cada professor da Instituição, e o maior indicador foi em 2011 na UNB , quase 3 técnicos para cada professor da Instituição.

4.1.6 Grau de Participação Estudantil (GPE)

De acordo com Santos *et al.* (2011, p.13) o indicador Grau de Participação Estudantil expressa à regularidade e a velocidade de integralização curricular dos alunos. Representa o quantitativo de alunos que estão cursando regularmente seus cursos em relação ao total de alunos matriculados na graduação. Isso significa que quanto maior for o resultado desse indicador, maior é a regularidade dos alunos na sua formação.

Tabela 9 - Grau de Participação Estudantil (GPE)

	GPE 2009	GPE 2010	GPE 2011	GPE 2012
UFG	0,86	0,85	0,81	0,79
UFMS	0,87	0,8	0,89	0,83
UFMT	0,54	0,55	0,52	0,53
UFGD	0,59	0,66	0,71	0,72
UNB	0,92	0,94	0,77	0,72
MÍNIMO	0,54	0,55	0,52	0,53
MÁXIMO	0,92	0,94	0,89	0,83
MÉDIA	0,76	0,76	0,74	0,72

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a tabela 9 em 2009, a média do GPE era de 0,76, ou seja, 76% dos alunos da graduação estavam com atuação regular em seus cursos, a UNB apresentou um índice maior que a média 0,92, e o menor índice ocorreu na UFMT 0,54. Em 2010, a média foi à mesma de 2009, ou seja, 76%, a UFMT apresentou o menor índice de 0,55, e a UNB chegou no melhor resultado obtido durante os quatro anos o de 0,94, ou seja, 94% dos alunos da

graduação estavam com atuação regular em seus cursos. Já a média em 2011 caiu para 0,74 e 2012 0,72.

4.1.7 Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)

Santos *et al.* (2011, p.14) diz que, o indicador Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação mede a relação entre o número de estudantes de pós-graduação em relação ao total de alunos da Universidade, isto é, aqueles da graduação e da pós-graduação juntos.

Tabela 10 - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)

	GEPG 2009	GEPG 2010	GEPG 2011	GEPG 2012
UFG	0,11	0,12	0,14	0,1
UFMS	0,06	0,07	0,09	0,08
UFMT	0,06	0,06	0,07	0,07
UFGD	0,067	0,08	0,1	0,1
UNB	0,18	0,18	0,17	0,18
MÍNIMO	0,06	0,06	0,07	0,07
MÁXIMO	0,18	0,18	0,17	0,18
MÉDIA	0,10	0,10	0,11	0,11

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica se que na tabela 10, a média da GEPG não apresentou uma mudança significativa quando analisamos os quatro anos sendo que em 2009 e 2010 a média foi de 0,10 estudantes de pós-graduação em relação ao total de alunos da Universidade, em 2011 e 2012 a média foi de 0,11. Segundo Santos *et al.* (2011, p.14) isso significa que é necessário maior esforço no intuito de ampliar o quantitativo de vagas na Pós da Instituição.

4.1.8 Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação (CAPES/MEC)

Segundo Santos *et al.* (2011, p.14) o indicador Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação determina a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Para esse indicador, não há dúvida que quanto maior for o resultado, melhor é a qualidade dos cursos de pós-graduação oferecidos pela Instituição.

Tabela 11 - Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação (CAPES/MEC)

	CAPES/MEC 2009	CAPES/MEC 2010	CAPES/MEC 2011	CAPES/MEC 2012
UFG	3,56	3,68	3,64	3,63
UFMS	4,35	4,9	4,66	3,42
UFMT	3,07	3,53	3,47	3,51
UFGD	3,22	3,45	3,38	3,35
UNB	4,3	4,31	4,34	4,34
MÍNIMO	3,07	3,45	3,38	3,35
MÁXIMO	4,35	4,9	4,66	4,34
MÉDIA	3,7	3,97	3,90	3,65

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a tabela 11, UFMS obteve o menor desempenho nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* com CAPES/MEC de 3,07, e em 2010, 2011 e 2012 o menor índice ocorreu na UFGD. Já o melhor desempenho nos anos de 2009, 2010 e 2011 ocorreu na UFMS, e em 2012 na UNB.

4.1.9 Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

De acordo com Santos *et al.* (2011, p.15) um dos fatores que eleva a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação nas Universidades é a qualificação do seu corpo docente. A medida desse indicador é dada pela quantidade de professores que possuem os mais altos níveis de graduação em relação ao total de professores, ou seja, quanto mais doutores houver em relação ao total dos docentes, melhor será esse indicador. O IQCD varia de 1 a 5. Na pontuação máxima, 5, significa que todos os docentes da Instituição são doutores.

Tabela 12 - Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

	IQCD 2009	IQCD 2010	IQCD 2011	IQCD 2012
UFG	3,9	3,95	4,08	4,23
UFMS	3,82	3,95	3,91	3,87
UFMT	3,95	3,96	4	4,04
UFGD	4,35	4,39	4,37	4,41
UNB	4,46	4,53	4,5	4,52
MÍNIMO	3,82	3,95	3,91	3,87
MÁXIMO	4,46	4,53	4,5	4,52
MÉDIA	4,10	4,16	4,17	4,21

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 12, verifica se que a UNB apresentou ao melhor índice nos quatro anos, sendo que 2009 o IQCD foi de 4,46, e no ano de 2010, esse índice foi de 4,53, já em 2011 o IQCD foi de 4,5, em 2012 de 4,52. E a UFMS durante os quatro anos apresentou o menor IQC. E os índices aumentaram conforme pode se verificar na media

MÉDIA	4,10	4,16	4,17	4,21
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------

4.2 RANKING DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO – OESTE

Nessa etapa do estudo foi aplicado o método TOPSIS para a classificação das IFES de acordo com os indicadores do TCU para fins de comparação com a classificação pelo IGC.

Na tabela 13 temos a classificação do ano 2009.

Tabela 13 – Classificação das IFES de acordo com os dados de 2009

	D (-)	D (+)	Topsis	Ranking TCU	IGC	Ranking IGC
UNB	12,3168	0,6456	0,9502	1	386	1
UFG	6,8577	5,685	0,5467	3	346	2
UFGD	4,697	8,5928	0,3534	4	341	3
UFMS	8,979	4,0053	0,6915	2	307	4
UFMT	0,2589	12,4572	0,0204	5	289	5

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a tabela 13, no ranking de 2009 se observou que a UNB lidera tanto no ranking do IGC quanto no ranking do TCU, e a UFMT permaneceu em ultimo lugar nos dois rankings, já UFG encontra se em segundo no ranking do IGC e em terceiro no ranking do TCU, já a UFMS foi classificada em segundo lugar no ranking do TCU e em quarto no ranking do IGC, e a UFGD teve a terceira colocação no ranking do IGC e quarta colocação no ranking do TCU.

Tabela 14 – Classificação das IFES de acordo com os dados de 2010

	D (-)	D (+)	topsis	Ranking TCU	IGC	Ranking IGC
UNB	4,7555	7,1651	0,3989	4	3,91	1
UFG	1,7489	5,1378	0,254	2	3,55	2
UFGD	3,5666	4,7213	0,4303	3	3,49	3
UFMS	4,884	2,6451	0,6487	1	3,14	4
UFMT	2,6062	7,9771	0,2463	5	3,03	5

Fonte: Dados da pesquisa

Em 2010, a UNB liderou o ranking do IGC, mas ficou em quarto lugar no ranking do TCU, já a UFG ficou classificada em segundo lugar nos dois rankings, UFGD ficou em terceiro lugar nos dois rankings, a UFMS liderou o ranking do TCU e ficou em quarto no ranking do IGC, em último foi classificada a UFMT.

Tabela 15 - Classificação das IFES de acordo com os dados de 2011

	D (-)	D (+)	Topsis	Ranking TCU	IGC	Ranking IGC
UNB	5,069	2,431	0,6759	4	3,8811	1
UFG	4,4941	4,1545	0,5196	3	3,563	2
UFGD	3,1332	3,4901	0,4731	2	3,4148	3
UFMS	2,313	4,07	0,3624	1	3,1465	4
UFMT	7,6184	6,1862	0,5519	5	3,0754	5

Fonte: Dados da pesquisa

Em 2011, a UNB liderou o ranking do IGC, contudo ficou em quarto lugar no ranking do TCU, UFG classificada em segundo lugar ranking do IGC e em terceiro no ranking do TCU, UFGD ficou em segundo lugar ranking do TCU e em terceiro no ranking do IGC, a UFMS liderou o ranking do TCU e ficou em quarto no ranking do IGC, em ultimo foi classificada a UFMT.

Tabela 16 – Classificação das IFES de acordo com os dados de 2012

	D (-)	D (+)	Topsis	Ranking TCU	IGC	Ranking IGC
UNB	3,8873	5,7508	0,4033	3	3,8823	1
UFG	4,5254	2,2662	0,6663	4	3,5896	2
UFGD	0	5,8923	0	1	3,505	3
UFMS	5,8927	0	1	5	3,0538	4
UFMT	1,6812	6,6105	0,2028	2	3,0969	5

Fonte: Dados da pesquisa

No ranking de 2012 se observou que a UNB o ranking do IGC quanto e no ranking do TCU fica como terceira colocada, e a UFMT fica em quinto lugar no ranking do IGC e em segundo no ranking do TCU, já UFG encontra se em segundo no ranking do IGC e em quarto no ranking do TCU, já a UFMS foi classificada em quinto lugar no ranking do TCU e em

quarto no ranking do IGC, e a UFGD teve a terceira colocação no ranking do IGC e foi a primeira colocada no ranking do TCU.

4.3 RELACÃO ENTRE OS INDICADORES TCU E O IGC

Utilizou-se o método de correlação de Kendall para os quatro anos pesquisados a fim de verificar o grau de relação entre os indicadores do TCU e o IGC.

O coeficiente de correlação de *Kendall* indica uma medida de correlação, entre dois conjuntos de dados ordinais postos, que varia entre -1 e 1, sendo que um valor próximo de 1 informa que há associação bem acentuada entre as duas classificações e, por outro lado, um valor próximo a -1 indica que as classificações são praticamente opostas. Já um valor próximo de zero indica a não existência de associações acentuadas entre as duas classificações, ou seja, as duas classificações não são ordenadamente relacionadas (MARTINS e TEÓPHILO, 2007 *apud* Hein *et al* 2013, p.8).

Tabela 17 – Correlação 2009

		TCU 2009	ICG 2009
TCU 2009	Coeficiente de Correlação	1,000	0,600
	Sig. (2 extremidades)		0,142
	N	5	5
ICG 2009	Coeficiente de Correlação	0,600	1,000
	Sig. (2 extremidades)	,142	
	N	5	5

Fonte: Dados da pesquisa

O que se Observou na tabela 17, é que em 2009, tem uma associação positiva de 60,0%, entre os ranking, demonstrando que há relação entre os indicadores do TCU e do IGC.

Tabela 18 – Correlação de 2010

		TCU 2010	ICG 2010
TCU 2010	Coeficiente de Correlação	1,000	0,000
	Sig. (2 extremidades)		1,000
	N	5	5
ICG 2010	Coeficiente de Correlação	0,000	1,000
	Sig. (2 extremidades)	1,000	
	N	5	5

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 18 verifica se que em 2010, tem uma associação negativa de 0,00%, demonstrando que não há associação entre os indicadores do TCU e do IGC. Além do que não há significância estatística, para a correlação.

Tabela 19 – Correlação de 2011

		TCU 2011	ICG 2011
TCU 2011	Coefficiente de Correlação	1,000	-2,000
	Sig. (2 extremidades)		0,624
	N	5	5
ICG 2011	Coefficiente de Correlação	-2,000	1,000
	Sig. (2 extremidades)	0,624	
	N	5	5

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 19 verifica se que em 2011, tem uma associação negativa de -20,0% entre os indicadores do TCU e do IGC, demonstrando que há uma associação negativa, ou seja, em sentido inverso, porém essa associação por estar mais próxima a zero do que de um é considerada com sendo uma correlação fraca.

Tabela 20 – Correlação de 2012

		TCU 2012	ICG 2012
TCU 2012	Coefficiente de Correlação	1,000	0,000
	Sig. (2 extremidades)		1,000
	N	5	5
ICG 2012	Coefficiente de Correlação	0,000	1,000
	Sig. (2 extremidades)	1,000	
	N	5	5

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a tabela 20 em 2012, como ocorreu com ano de 2010, tem uma associação negativa de 0,00%, demonstrando que não há associação entre os indicadores do TCU e do IGC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo comparar o desempenho das Universidades Federais do Centro-Oeste de acordo com os indicadores de gestão do TCU e das notas do IGC. Segundo Magalhães et al. (2010) fica evidente a importância de um sistema de informações que possibilite o estabelecimento de padrões, orçamentos e formas de previsão para os gastos das instituições, e também para acompanhar se o realizado está de acordo com valores preestabelecidos.

Assim, em atendimento ao objetivo I, foi efetuado o levantamento dos índices obtidos pelas instituições nos indicadores do TCU e o IGC para os anos de 2009 a 2012, que permitiu a comparação de desempenho entre as universidades. Referente aos indicadores do TCU constatou-se que a maior parte das IFES teve evolução nos seus indicadores. Em 2009, o que pode se observar é que a Universidade que apresentou melhor resultado na TSG 79%, a UFG, tem baixo custo corrente por aluno equivalente R\$ 11.762,76. Conforme relata Santos *et al.* (2011, p.7) isto pode ser um indicativo de que a eficiência dos gastos é mais importante que o total gasto na Instituição.

Já a UNB apresentou o maior custo corrente por aluno equivalente de R\$ 34.354,29, gasto que pode ser explicado, a UNB obteve o melhor índice de qualificação de docentes (IQCD) durante os quatro anos, e apresentou maior Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação (GEPG) que mede a relação entre o número de estudantes de pós-graduação em relação ao total de alunos da Universidade em 2012 o GEPG foi de 0,18, e maior grau de participação estudantil esse índice em 2010 chegou a 94%. A UNB se destaca no índice de FEPE em 2011, são quase três técnico para cada professor da Instituição.

A UFMT apresentou índices abaixo da média das universidades federais do centro – oeste, em 2009 obteve TSG de 35%, o índice de FEPE em 2012, 1,08 técnico para cada professor da Instituição, o Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação (GEPG) diminuiu no decorrer dos quatro anos chegando a 0,53 em 2012.

A UFGD obteve no índice de qualificação de docentes um pouco acima da média das universidades federais do centro – oeste chegando a 4,41 em 2012, já Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação (GEPG) ficou abaixo, segundo Santos *et al.* (2011, p.14) isso significa que é necessário maior esforço no intuito de ampliar o quantitativo de vagas na Pós da Instituição. A UFMS o índice de TSG ficou um pouco acima da média nos anos de 2010 e 2011, durante os quatro anos apresentou um custo corrente por aluno abaixo da média, e FEPE em 2012, 1,45 técnico para cada professor da Instituição.

No IGC percebe-se equilíbrio, ocorrendo poucas oscilações, com sensíveis melhorias em alguns resultados, através do ranking é possível visualizar que a UNB liderou o *raking* nos quatro anos, em segundo lugar ficou a UFG, em terceiro a UFGD, em quarto a UFMS e quinto a UFMT. Já no ranking do TCU a classificações foram mais alteradas no decorrer dos anos.

Após utilizar a correlação de kendall, constatou se que, com exceção do ano 2009, não houve correlação forte entre os indicadores TCU e o IGC, sendo que os resultados revelaram que há correlação entre os indicadores do TCU e o IGC em 2009 de 60% em 2010 de 0% em 2011 de -20% e 2012 de 0%, o que leva a afirmar que a classificação das IFES de acordo com os indicadores de Gestão do TCU e utilizando o método multicritério de decisão TOPSIS, não se relacionam com a classificação das IFES pelo índice Geral de Custo. correlação entre os indicadores do TCU e o IGC foi utilizado o método de Correlação de kendall.

Conforme relata Costa (2012, p. 1009) tem-se que reconhecer ainda as limitações do trabalho, pois buscar explicar o desempenho das Universidades apenas pelo conjunto de indicadores definidos pelo TCU ou pelo INEP pode deixar lacunas que não demonstram o real desempenho destas instituições, já que tais indicadores sozinhos não conseguem retratar a enorme heterogeneidade do universo do ensino superior e da subjetividade da geração do conhecimento. Além do que a amostra limitou-se em estudar as universidades federais do centro - oeste, o que limita o tamanho da amostra, podendo ser o motivo de impacto na não significância estatística encontrada.

Assim, sugere-se que futuras pesquisas, analisem um quantitativo maior de instituições para avaliar se há mudanças nos resultados da pesquisa, e que se faça a utilização de mais índices que demonstrem a realidade das instituições com confiabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Autonomia e financiamento das Ifes: desafios e ações.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6794/5773>>. Acesso em: 10 de novembro 2014.

ANDRADE, Nilton. **Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base na LC no 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 327p.

ANSOFF. H. Igor; McDONNELL. Edward J. **Implantando a administração estratégica - tradução de Antonio Zoratto Sanvicente,** Guilherme Ary Plonky. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cezar. **A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n4/a04v12n4.pdf>> Acesso em: 10 de novembro.2014.

BERTOLIN, Julio César Godoy. **Avaliação da Qualidade do Sistema de Educação Superior Brasileiro em Tempos de Mercantilização – Período 1994-2003.** 282 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10339/000593863.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 de novembro 2014.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed, São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Decreto n. 7.690, de 2 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União, Brasília, DF,** 6 mar. 2012. Não paginado.

Brasil. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Gestão democrática e controle social dos recursos públicos / Programa Nacional de Educação Fiscal. 4. ed. Brasília: ESAF, 2009. 72 p. ; 27 cm. (Série Educação Fiscal. Caderno 4), Disponível em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/amnorte/arquivos/File/caderno4.pdf>>. Acesso em 22 junho 2014.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de abr. 2004.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de dez. 1996.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. . **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de maio 2009.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa - TCU Nº 63, De 1º De Setembro De 2010**. Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União.

CALDATTO, Fernanda Caroline. **Custo De Formação De Um Aluno De Ciências Contábeis Na UTFPR – Pato Branco**, 2011, Disponível em: <<http://www.pb.utfpr.edu.br/bibliotecadigital/index.php/ecap/article/viewArticle/2037>>. Acesso em 23 junho 2014.

CARPINTÉRO, José Newton Cabral; **Custo/Aluno na universidade : considerações metodológicas**; IV Congresso Internacional de Custos, UNICAMP, 16 a 20 de outubro de 1995 Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=50>>. Acesso em 23 junho 2014.

CARPINTÉRO, José Newton e Bacic, Miguel Juan. **O custo- Aluno no Ensino Fundamental Público no Brasil: Resultados de uma Pesquisa de Campo**. Cruzando Fronteras: Tendencias de Contabilidad Directiva para el Siglo XXI, 1999, Disponível em: <<http://www.intercostos.org/documentos/Trabajo097.pdf>>. Acesso em 28 junho 2014.

Controladoria Geral da União –Secretaria Federal de Controle Interno; **Gestão de Recursos Federais Manual para os Agentes Municipais**; Brasília- DF 2005, Disponível em:<<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/ManualGestaoRecursosFederais/Arquivos/CartilhaGestaoRecursosFederais.pdf>>. Acesso em 22 junho 2014.

Controladoria-geral da união - **Prestação de Contas do Presidente da República, ano de 2011, Parte IV**, Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/prestacaocontaspresidente/2011/Arquivos/Parte-IV/4.9.pdf>>. Acesso em 23 junho 2014.

COSTA, Daiane Ferreira. **Medição de desempenho em universidades federais: análise da relação entre os indicadores do Tribunal de Contas da União e o índice Geral de Cursos**. [Dissertação de Mestrado Profissional em Administração. Universidade Potiguar, 108 fl. Natal, 2012.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial : teoria e prática**. 4. ed.. São Paulo : Atlas, 2008. 398p.

CRUZ, Cláudia Ferreira da; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Transparência na elaboração, execução e prestação de contas do orçamento municipal: um estudo em um município brasileiro**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.1-14, mai./ago. 2008. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5543/4031>>. Acesso em 23 junho 2014.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1166pp.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Guerra, Herbert Newton Mota, **As universidades Federais em Minas Gerais: uma análise de seus indicadores de desempenho**. 2006. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: < <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054016.PDF>> Acesso em: 10 de novembro 2014.

HALL, Rosemar José; RIGO, Vitor Paulo; HEIN, Nelson. **Análise da estrutura de controle interno para a prevenção ao risco nas universidades federais brasileiras**. In: SIMPOI, 2013, São Paulo, 2013. Anais do SIMPOI. São Paulo, 2013. Disponível em : < http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2013/artigos/E2013_T00090_PCN75388.pdf> .Acesso em: 17 nov. 2014.

INEP. **Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional> Acesso em: 10 de novembro.2014.

INEP. **Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC** .Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/indice-geral-de-cursos-igc> > Acesso em: 10 de novembro.2014.

INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-componentes>> Acesso em: 10 de novembro.2014.

INEP. **Investimentos Públicos em Educação**, Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao>>. Acesso em 22 junho 2014.

INEP. **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE**, Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em 30 junho 2014.

INEP. **Manual ENADE 2014**, Disponível em:<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/manuais/manual_enade_2014.pdf>. Acesso em 30 junho 2014.

INEP. **Investimento público por estudante cresce em todos os níveis de ensino, Investimento Público em Educação**; Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/investimento-publico-por-estudante-cresce-em-todos-os-niveis-de-ensino>. Acesso em 23 junho 2014.

KROHLING, R. A.; SOUZA, T. T. M. **Dois Exemplos da Aplicação da Técnica TOPSIS para Tomada de Decisão**. Revista de Sistemas de Informação da FSMA n. 8 (2011) pp. 31-35.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Maria Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010

MAGALHÃES , Elizete Aparecida De et al, **Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 44, n. 3, p. 637 - 666, mar./abr. 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6940/5507>>. Acesso em 28 junho 2014.

MARTINS, Humberto Falcão, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado; **Gestão de Recursos Públicos: Orientação para Resultados e Accountability**; Número 3 –setembro/outubro/ novembro de 2005 - Salvador – Bahia – Brasil Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/Gest%C3%A3o%20de%20Recursos%20P%C3%ABlicos%20%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20para%20resultados%20e%20a.pdf>>. Acesso em 22 junho 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 37. ed. (Atual.). São Paulo, SP : Malheiros, 2011. 894p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social : teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=48419>>. Acesso em 06 de julho 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Costa, Vera Lúcia Cabral. **Considerações Sobre Estudos De Gasto E Custo-Aluno**, Novembro de 2000, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Custo%20e%20gasto%20aluno-1.pdf>>. Acesso em 23 junho 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de set. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16717&Itemid=1117> Acesso em: 10 de novembro.2014.

MORGAN, Beatriz Fátima. **A determinação do custo do ensino na educação superior: o caso da Universidade de Brasília**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_041.pdf> Acesso em: 10 de novembro 2014.

OLIVEIRA, C. E. M.; TURRIONI, J. B. **Avaliação de Desempenho de Instituições Federais de Ensino Superior Através da Análise Envoltória de Dados (DEA)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26, Fortaleza, CE, Brasil, 9-11 Out. 2006. Disponível em: <[http://www.iem.unifei.edu.br/turrioni/congressos/ENEGEP/2006/Avaliacao_de_desempenho_de_instituicoes_federais_de_ensino_superior_atraves_da_analise_por_envoltoria_de_dados_\(DEA\).pdf](http://www.iem.unifei.edu.br/turrioni/congressos/ENEGEP/2006/Avaliacao_de_desempenho_de_instituicoes_federais_de_ensino_superior_atraves_da_analise_por_envoltoria_de_dados_(DEA).pdf)> Acesso em: 10 de novembro.2014.

Portal da Transparência, Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/Origem.asp>>. Acesso em 22 junho 2014.

Portal do Brasil, Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em 22 junho 2014.

Portal Eletrônico do FNDE; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/5617-estados-t%C3%AAm-at%C3%A9-31-de-maio-para-enviar-dados-de-investimento-em-educac%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 22 junho 2014.

Portal Integrado do Serpro, Disponível em: <<https://www.serpro.gov.br/conteudo-oserpro/transparencia>>. Acesso em 22 junho 2014.

POSSANI, Patricia Kozoroski; POSSANI, Cleverton Marlon;. **Análise Da Aplicação Dadecisão 408/2002 Do Tcu Como Ferramenta De Gestão Em Ies Privada. Convibra Business, XI Online Conference** Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2013/81/2013_81_6902.pdf>. Acesso em: 10 de novembro 2014.

PUCCINELLI, Fernando Gasparotto e SLOMSKI, Valmor. **Um estudo do investimento público em educação básica no Brasil e do desempenho dos alunos em avaliações nacionais por Unidade Federativa no período de 1998 a 2007**, Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos102010/12.pdf>>. Acesso em 28 junho 2014.

RIBEIRO, Márcio Bruno. **Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa do Brasil em relação a um conjunto de países da América Latina**. Brasília: ESAF, 2008. Monografia premiada com o terceiro lugar no XIII Prêmio Tesouro Nacional – 2008. Qualidade do gasto público. Brasília (DF). Disponível em <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIIPremio/qualidade/3qualidadeXIIIPTN/Desempenho_Eficiencia_gasto_Publico.pdf>. Acesso em 28 junho 2014.

SANTOS, Clézia de Souza; CASTANEDA, Marcos Vinícius N. G.; BARBOSA, Jenny Dantas. **Indicadores de desempenho das IFES da região Nordeste: uma análise comparativa**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis: IGLU, 2011. Disponível em : <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/25952/2.4.pdf?sequence=1>> .Acesso em: 17 nov. 2014.

SCHWARTZMAN, Jacques. **O financiamento das instituições de ensino superior no Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001398/139879por.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro 2014.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo**. 7. ed. São Paulo: ATLAS, 2004. 385p. ISBN 85-224-3911-7

Supremo Tribunal de Justiça, Disponível em: <http://stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=972>. Acesso em 6 julho 2014.

TACHIZAWA, Takeshy; ROCHA, Jose Antônio de Oliveira; CRUZ JUNIOR, Joao Benjamim. **Gestão de negócios: visões e dimensões empresariais da organização**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 319p.

VERHINE, Robert E. **Levantamento do custo-aluno-ano em escolas de educação básica que oferecem condições de oferta para um ensino de qualidade – 2ª Etapa.** Salvador: UFBA, 2005. (Relatório nacional da pesquisa produzido para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP). Disponível em: <<http://www.isp.ufba.br/INEP%2024-05.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2014

WILL, Anderson Renan. **Composição e evolução das despesas públicas do estado de são paulo entre os anos de 2004 e 2008.** Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291248>>. Acesso em 28 junho 2014.